

Sumário – Vol. 1 2016

1. **CONCEPÇÕES DE ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA A PARTIR DAS PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS.** Solange Toldo.
2. **AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A BUSCA DA IGUALDADE DE RESULTADOS.** Maria Lourdes Gisi e Diana Gurgel Pegorini.
3. **PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: INFLUÊNCIA NO AUMENTO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.** Bernadete Lema Mazzafera e Helio Suguimoto.
4. **O ALUNO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO MÉDIO: AS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA.** Jéssica Harume Dias Muto, Juliane Ap. de Paula Perez Campos e Eleonice Máximo e Melo.
5. **PACTO PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO EM RONDÔNIA: (RE) PENSANDO O CURRÍCULO ESCOLAR NOS TERRITÓRIOS DA LINGUAGEM.** Mirian de Oliveira Bertotti e Robson Fonseca Simões.
6. **DIRETORES DE ESCOLA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REGIÃO DO ABC PAULISTA.** Paulo Sérgio Garcia, Leandro Campi Prearo, Maria do Carmo Romero e Marcos Sidnei Bassi.
7. **A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA (SP): A OFERTA, O ATENDIMENTO E A INFRAESTRUTURA E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.** Carlos da Fonseca Brandão; Silvana Fernandes Lopes; Catharina Edna Rodrigues Alves e Ana Laura Jeremias Urel.
8. **USO DE FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PELA GESTÃO ESCOLAR PARA AFERIR A QUALIDADE SOCIAL DA ESCOLA: UMA REVISÃO DE LITERATURA DAS PESQUISAS DA BDTD (2010-2014).** Rosane Fátima Vasques e Oto João Petry.

Revista de Política e Gestão

Apresentação

Caros leitores, nesse número, a questão da Política e Gestão da Educação se apresenta por uma ótica que foca peculiaridades de diferentes dimensões no contexto atual no Brasil. Em busca de questionamentos e discussões que envolvem a complexidade do debate teórico e epistemológico acerca concepções de estado, de política e de educação; o texto de Solange Toldo, **CONCEPÇÕES DE ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA A PARTIR DAS PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS**, orientado por uma cartografia social, compara as perspectivas analíticas explicitadas por alguns estudiosos com as diferentes concepções de Estado e de Política Educacional encontradas na literatura atual. No material analisado pela autora, as perspectivas epistemológicas mais recorrentes foram o marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo e pluralismo, porém, nem sempre apareceram de forma explícita nos textos. Isso nos levou a inferir que o debate epistemológico, no campo de estudo da Política Educacional, é urgente e necessário, uma vez que seus conceitos poderiam trazer mais reflexões no que diz respeito às mediações necessárias para a efetivação do direito à educação no país. A Educação Básica no Brasil de hoje tem a condição de um direito da sociedade, contudo, esse direito não é assim posto para a educação Superior. Maria Lourdes Gisi e Diana Gurgel Pegorini, apresentam uma análise das **POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A BUSCA DA IGUALDADE DE RESULTADOS**. Vista enquanto uma política pública, as autoras mostram que os seus efeitos, em termos de acesso e permanência na educação superior, tem na evasão um problema e que este se agrava por razões tanto de ordem econômica quanto institucional. Questiona a a efetividade dessas políticas públicas e as possibilidades de ampliação do acesso e da permanência na formação superior.

Por um outro ponto de vista, embora nessa mesma direção, a preocupação se volta para formação, Bernadete Lema Mazzafera e Helio Sugimoto analisam aspectos da formação superior para a preparação do pesquisador e da produção científica no texto PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: INFLUÊNCIA NO AUMENTO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA. Esses autores entendem que a participação do aluno de graduação em Programas de Iniciação Científica lhes proporciona o aprendizado metodológico, o que pode melhorar seu desempenho nos Programas de Pós-Graduação. Analisaram a produção científica dos alunos de stricto sensu que participaram de programas de Iniciação Científica por meio de seus currículos disponíveis publicamente na plataforma Lattes. Verificaram que, a maioria dos alunos que participaram desses programas, produção científica de relevo para suas respectivas áreas.

No entanto, a discussão sobre Políticas Públicas, ao passar pela questão da inclusão, se depara com dimensões de grande complexidade, uma vez que aí está o trato com a diferença. Nossa prática democrática ainda é nos parece insuficiente para o avanço do debate qualificado sobre tal temática. Apesar disso, as autoras do texto intitulado **O ALUNO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO MÉDIO: AS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA**, Jéssica Harume Muto, Juliane de Paula Perez Campos e Eleonice Máximo e Melo, analisam a relação família-escola com a participação de mães dos alunos da Educação Especial (PAEE) matriculados em uma escola pública do interior do estado de São Paulo. Entre inúmeras considerações que descrevem, mostram que os resultados apontam para a importância de informar às famílias sobre os direitos assegurados em lei, as formas e relações institucionais e sobre as potencialidades e limitações desses alunos no processo de escolarização. O ensino médio ainda é algo a ser melhor compreendido e reorientado que questionado sobre sua qualidade ou finalidade no processo de escolarização básica. Tendo como foco colocar em cena o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio em Rondônia, Mirian de Oliveira Bertotti e Robson Fonseca Simões escrevem sobre o **PACTO PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO EM RONDÔNIA: (RE) PENSANDO O CURRÍCULO ESCOLAR NOS TERRITÓRIOS DA LINGUAGEM**. As reflexões que

apresentam são indagações sobre a política para o Ensino Médio. Sem pretensão de maior aprofundamento no debate, o texto considera importante o avanço nessas discussões sobre os componentes curriculares.

Na questão de se discutir política pública para educação não se tem como deixar fora da discussão o papel exercido pelos diretores de escolas que são os executores de ações públicas oriundas das decisões tomadas politicamente. Os autores Paulo Garcia, Leandro Prearo, Maria do Carmo e Marcos Bassi; escreveram sobre os **DIRETORES DE ESCOLA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REGIÃO DO ABC PAULISTA** e estão mostrando o desafio de promover a qualidade na escola pública brasileira e, neste processo papel do diretor escolar na realidade cotidiana da bre sua função.

Em discussões mais ampliadas no que podemos considerar como dos principais marcos da política educacional, nesse momento, com uma postura crítica clara, Carlos da Fonseca Brandão; Silvana Fernandes Lopes; Catharina Edna Rodrigues Alves e Ana Laura Jeremias Urel; colocam o atual PNE e a educação infantil no centro do debate. Com o texto **A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA (SP): A OFERTA, O ATENDIMENTO E A INFRAESTRUTURA E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO** discutem criticamente o atendimento e a infraestrutura disponibilizada para esse fim. Diante da situação encontrada, o presente artigo também analisa o quão distantes se está (ou não) da consecução da meta nº 1 do atual PNE, que é relativa à Educação Infantil. Esse número vai ser concluído com uma discussão teórica de grande importância para reflexões sobre a temática básica da revista com o texto sobre o **USO DE FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PELA GESTÃO ESCOLAR PARA AFERIR A QUALIDADE SOCIAL DA ESCOLA: UMA REVISÃO DE LITERATURA DAS PESQUISAS DA BDTD (2010-2014)**. Nesse trabalho, Rosane Fátima Vasques e Oto João Petry, verificaram quais são as ferramentas mais comumente utilizadas pela gestão escolar da educação básica, para avaliar a qualidade social de uma instituição escolar. Procuram, no discorrer do texto, mostrar quais caminhos esses procedimentos têm percorrido nas pesquisas. Confirmam, entre outras coisas, que é indispensável à gestão escolar fazer uso da avaliação institucional

para melhorar a qualidade e, por fim, salientamos que, em geral, as ferramentas podem auxiliar a gestão escolar na busca pela qualidade.

Para além das reflexões que procuramos proporcionar, esperamos que as leituras sejam também satisfatórias. Há em curso no Brasil uma situação de transitoriedade política que irá, em breve mostrar a opção política da sociedade brasileira. Os meandros da dinâmica política e institucionais estão contaminados por adversidades, insuficiências, ilegalidades, anacronismos entre tantas outras coisas, que a razão de ser da política deixa de existir. Porém, a educação é a área mais fragil e a que mais se deteriora em um país que mais de 80% da população em idade escolar frequenta a escola pública. O bem produzido é imaterial, não tem concretude para que perceba visualmente, não há objeto material para que se sinta o esfacelar pela fragilidade ao ser tocado. Somente com o passar do tempo teremos claro que não somos capazes de resolver problemas importantes do nosso país, do nosso estado, de nossa cidade, da nossa escola, da nossa casa e até os nossos pessoais... nós não aprendemos a fazê-lo.

Boas reflexões e leitura a todos

Os Editores

Sebastião de Souza Lemes e Ricardo Ribeiro